

IDENTIDADE E DISCURSO IDEOLÓGICO

CARLOS REIS

1 Num capítulo do livro *Du texte à l'action*, Paul Ricoeur refere-se a Habermas (concretamente, a *La Technique et la Science comme idéologie*; tradução francesa: Gallimard, 1973) para comentar determinadas consequências do funcionamento social da ideologia. Observa Ricoeur que a manipulação e o controlo utilitário que a ideologia leva a cabo arrastam um efeito perverso: «É todo o sistema do nosso pensamento que se encontra transformado numa crença colectiva subtraída à crítica»; acrescenta, contudo, que essa degeneração da ideologia não deve levar-nos a perder de vista «o papel essencialmente positivo, construtivo e benéfico da ideologia tomada no seu sentido fundamental. Por fim, é sempre através de uma ideia, de uma imagem idealizada de si mesmo, que um grupo representa a sua própria existência; e é essa imagem que, em contrapartida, reforça a sua identidade» (Ricoeur, 1986: 387).

Trata-se aqui de recuperar uma aceção **positiva** do conceito de ideologia, recuperação tanto mais significativa (e por outro lado necessária) quanto é certo que, desde as origens da sua postulação, um tal conceito apareceu contaminado por juízos pejorativos. Associando-se a essa recuperação o carácter necessariamente **representacional** das práticas ideológicas, justifica-se que passemos em revista os fundamentais elementos constitutivos do conceito de **discurso ideológico**, como potencial domínio de afirmação identitária.

2 Como é bem sabido, os problemas com que se confronta qualquer tentativa de definição do conceito de

ideologia estão directamente relacionados com uma espécie de **síndrome da diversidade** que afecta este (e outros) conceitos nucleares no âmbito das ciências humanas. Com efeito, distribuindo-se por diversos campos de reflexão teórico-operatória (da teoria política à economia, da sociologia aos estudos literários, da historiografia às artes plásticas, etc., etc.), a problematização do conceito de ideologia pode mesmo, por força dessa síndrome geradora de polissemia, conduzir a posições de índole **minimalista**: as acepções triviais, as postulações individualistas ou a propensão generalizante que caracterizam certas utilizações são disso uma evidência, documentada, por exemplo, na definição que entende ideologia (simplesmente) como a ideia do adversário (cf. Aron, 1936-37: 82).

Não trataremos agora de analisar os vários aspectos que as tentativas de definição do conceito de ideologia envolvem¹. Lembraremos apenas a relevância de dois contributos decisivos para a clarificação desta questão: o de Ferruccio Rossi-Landi, em especial quando descreve e caracteriza onze âmbitos diferentes (que são realmente onze campos de definições possíveis) em que o conceito de ideologia pode ser definido (cf. Rossi-Landi, 1980: 29-54); e o de Paul Ricoeur, distinguindo níveis de uso e de profundidade, bem como funções atribuídas à ideologia: uma função de **distorção** (que é tributária da noção marxista da ideologia como falsificação e alienação), uma função de **legitimação** e uma função de **integração** (cf. Ricoeur, 1986: 380ss.). As componentes retóricas (discursivas e persuasivas) e os rituais fundacionais ou evocativos de que carecem as duas últimas funções remetem expressivamente para o desenvolvimento que aqui trataremos de privilegiar.

3 O que neste caso importa contemplar são as incidências de uma postulação da ideologia como corpo de sentidos que solicitam uma enunciação discursiva, de onde decorre um **discurso ideológico**. Pontualmente, prolongaremos essa postulação até um domínio particular que é o do **discurso literário**, entendido como contexto de afirmação do discurso ideológico.

Procuraremos, desde já, fixar uma noção de **discurso** que constitua adequado suporte teórico para a definição do conceito de **discurso ideológico**. Nesse sentido, deve lembrar-se, desde já, que também o conceito de **discurso** (que bem poderia ser entendido como **conceito-chave** das modernas teoria da

¹Disso tratámos em anteriores trabalhos: numa dissertação académica, visando as representações ideológicas próprias de um certo movimento literário (cf. Reis, 1983) e nas reformulações a que procedemos, para efeitos da publicação da parte propriamente teórica dessa dissertação (cf. Reis, 1987 e Reis, 1993).

linguagem e teoria da literatura²) patenteia as dificuldades da polissemia de que falamos a propósito do conceito de ideologia. Susceptível de ser interpretado em diversas acepções³, o conceito de **discurso** será entendido, no presente contexto, naquela que lhe foi conferida por Michel Foucault: para Foucault, o **discurso** corresponde a «um conjunto de enunciados desde que provenham da mesma formação discursiva». E acrescenta: «O discurso não constitui uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e de que se pudesse assinalar (e explicar, se necessário) o aparecimento ou a utilização histórica; o discurso é constituído por um grupo limitado de enunciados para os quais pode definir-se um conjunto de condições de existência» (Foucault, 1969: 153).

O que assim se estabelece é uma orientação de tipo institucional e transindividual das práticas discursivas. Com tal orientação relaciona-se o modo como Foucault se refere à noção de **formação discursiva**: «o sistema enunciativo geral ao qual obedece um grupo de realizações verbais» (1969: 162-3); e é ainda em função dessa orientação que falamos em **discurso jurídico**, em **discurso clínico** ou em **discurso económico**. Aquilo que lhes é comum – de um ponto de vista funcional, como é óbvio, não no que toca aos seus conteúdos científicos – são, pelo menos, os seguintes três procedimentos: a utilização, por cada discurso particular, de um **léxico** técnico-científico específico; o estabelecimento, por cada discurso, de **modos de existência** social e cultural diferenciados; a configuração, por meio do discurso, de domínios **institucionais** (profissões, áreas do saber, corporações, etc.) que virtualmente constituem sistemas de poder.

Um exemplo muito sugestivo do que ficou dito encontra-se num passo de *O Primo Bazílio*: aquele em que Sebastião, ao visitar Julião Zuzarte – que é médico e um espírito asperamente racionalista –, testemunha uma discussão entre o amigo e um estudante:

– Não, menino! exclamava o estudante, exaltado. Estou na minha! A medicina é uma meia ciência, a fisiologia é outra meia ciência! São ciências conjecturais, porque nos escapa a base, conhecer o princípio mesmo da vida!

E cruzando os braços diante de Sebastião, bradou-lhe:

– Que sabemos nós do princípio da vida?

Sebastião, humilhado, baixou os olhos.

Mas Julião indignava-se:

² A expressão **conceito-chave** encontra-se num conhecido ensaio de W. Iser (1983), que se refere aos conceitos de **estrutura**, **função** e **comunicação**.

³ Na sua *Teoria da Literatura*, Aguiar e Silva (1983) procede ao inventário de diversas dessas abordagens, sem contudo mencionar a definição que adoptaremos.

- Estás desmoralizado pela doutrina vitalista, miserável! - Trovejou contra o vitalismo, que declarou «contrário ao espírito científico». - Uma teoria que pretende que as leis que governam os corpos brutos não são as mesmas que governam os corpos vivos é uma heresia grotesca! - exclamava. - E Bichat, que a proclama, é uma besta! (Queirós, s/d.: 204).

Parece evidente que os discursos inter cruzados das duas personagens envolvidas numa querela filosófica funcionam como sistemas de poder, círculos de referência axiológica fechados e agressivos em relação ao exterior. E se a relação entre eles é de conflitualidade expressa - isto é, de luta pelo poder -, uma segunda relação que estabelecem com a personagem (Sebastião) que a ambos é estranha só pode ser de opressão. O silêncio de Sebastião representa, deste modo, a impotência do sujeito inerte, porque destituído tanto da capacidade de aderir a um dos dois sistemas (discursivos) de poder como da capacidade de enunciar um **discurso filosófico** alternativo.

Outro exemplo: em *Madame Bovary*, o farmacêutico Homais “apropria-se” da condição (e do discurso) do químico, para evidenciar um saber que é também um poder:

Et la chimie, Madame Lefrançois, ayant pour objet la connaissance de l'action réciproque et moléculaire de tous les corps de la nature, il s'ensuit que l'agriculture se trouve comprise dans son domaine. Et, en effet, composition des engrais, fermentation des liquides, analyses des gaz et influence des miasmes, qu'est-ce que tout cela, je vous le demande, si ce n'est de la chimie pure et simple? (Flaubert, 1966: 165).

O que estes episódios evidenciam também é que, ao deter um discurso, as personagens detêm um certo poder, mas isso não implica um juízo de verdade quanto a esse poder. Por outras palavras, nesta aceção, o discurso funciona como instrumento de manifestação do poder, mas não se basta a si mesmo como instância de validação (social, axiológica, ético-moral, política, etc.). Dai pode nascer a querela entre as personagens, querela que só uma instância de outro nível (um narrador exterior à história, no caso de um relato de ficção) pode decidir, eventualmente legitimando uma das partes - ou desautorizando-as a ambas.

4 A aceção foucaultiana do conceito de **discurso** permite estabelecer uma ligação interessante com a chamada **teoria materialista do discurso** e com os termos em que um autor como Michel Pêcheux definiu o **processo discursivo**.

Numa linha de pensamento que procede do marxismo de interpretação althusseriana, Pêcheux afirma o carácter material do sentido e conexas-o com as tensões emergentes das relações ideológicas entre classes sociais. A partir daí, o **processo discursivo** é postulado como resultado de uma concepção anti-individualista e anti-psicologista das práticas discursivas: «**A discursividade não é a fala [parole]**, isto é, uma maneira individual 'concreta' de habitar a abstracção da língua; não se trata de um uso, de uma utilização ou da realização de uma função. Bem pelo contrário, a expressão **processo discursivo** visa explicitamente recolocar no seu lugar (idealista) a noção de fala e o antropologismo psicologista que ela veicula» (Pêcheux, 1975: 82).

Refutando a concepção saussuriana da **parole** como acto individual, a teoria materialista do discurso entende a **formação discursiva** como resultado de determinada formação ideológica, de uma determinada conjuntura histórica e de concretas condições de produção. Nas palavras de Michel Pêcheux, a **formação discursiva** é aquilo que «numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada, numa certa conjuntura determinada pelo estado da luta de classes, estabelece **o que pode e deve ser dito** (articulado sob a forma de um discurso, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.)» (Pêcheux, 1975: 144-5).

5 A conexão que procurámos estabelecer entre o conceito foucaultiano de discurso e a caracterização da **formação discursiva** como prática virtualmente ideológica impõe-se, no presente contexto, pela necessidade de definirmos o **discurso ideológico** em função de duas premissas: a noção de que o discurso configura um projecto (e mesmo uma afirmação) de poder e a noção de que esse projecto de poder envolve factores constitutivos de índole ideológica.

Retomamos no presente contexto uma tentativa de definição presente já noutros trabalhos (cf. Reis, 1983: 242; Reis, 1993: 20), tentativa a que aqui procuraremos incutir maior consistência e sobriedade. Assim, entendemos agora **discurso ideológico** como todo o enunciado (verbal ou não verbal) de dimensão transindividual, capaz de representar sentidos de amplitude social, sentidos esses que traduzem as dominantes axiológicas de um certo sistema ideológico.

O que fica dito deve ser comentado e, desse modo, aprofundado. Assim, quando falamos em **discurso ideológico**, pressupomos que a sua articulação implica o trabalho do **signo**. Incutindo ao discurso ideológico a dimensão semântica e as solicitações de elaboração sintáctica que a dinâmica da enunciação implica, o que designámos como trabalho do signo completa-se com a orientação pragmática que, neste caso, reveste especial significado: se a formulação do discurso ideológico envolve, de facto, um projecto (e os derivados actos) de

poder, então ele só se torna efectivo em função de uma força injuntiva directamente dependente da dimensão **pragmática** do signo.

Insinua-se assim uma integração da reflexão sobre o discurso ideológico no âmbito da teoria semiótica e não apenas pelos termos em que nos referimos ao trabalho do signo. De acordo com o pensamento de um estudioso como Ferruccio Rossi-Landi, toda a ponderação da ideologia é uma ponderação sobre a linguagem; deste modo, nas palavras daquele autor, «cuando se habla de ideología también se está hablando, necesariamente, de lenguaje, y viceversa» (Rossi-Landi, 1980: 236). O que, naturalmente, abre caminho a uma **semiótica da ideologia**, como domínio da teoria semiótica que visa a representação e comunicação da ideologia, bem como a consequente estruturação dos discursos ideológicos.⁴

Um outro comentário suscitado por aquilo que até agora ficou dito tem que ver com a forma como se processa a representação dos sentidos ideológicos, não tanto em termos formais (o que só poderíamos atingir, se nos ocupássemos da teoria do **signo ideológico**; cf. Reis, 1993: 31ss.), mas antes em termos alargadamente funcionais, que não excluem ponderações de ordem ética. De um modo geral, a representação dos sentidos ideológicos tende a activar-se de forma sinuosa, como se os discursos ideológicos devessem, por natureza, disfarçar a sua condição de instrumentos que procuram viabilizar projectos de poder.

De certa forma, a activação sinuosa a que nos referimos vem a ser o resultado de uma espécie de tensão dialéctica que rege e condiciona os discursos ideológicos: a tensão dialéctica entre **ocultação** do sentido e **revelação** do sentido, uma tensão cujo desenvolvimento e pormenorização formal se acha contemplada no quadro da teoria dos signos ideológicos. Por outro lado e conduzindo agora a questão para o âmbito das representações artísticas e particularmente das representações literárias, a peculiar tendência revelada pelos discursos para elaborarem de forma por vezes extremamente subtil e enviesada os sentidos ideológicos, tem que ver com determinações éticas que, sobretudo em certas épocas e no caso das práticas artísticas, reclamam uma certa autonomia. O que, de forma algo contraditória (e mesmo irónica), não é senão o resultado de posicionamentos de índole ideológica.

Registe-se, por último (e por agora), o seguinte: até este momento, temos encarado o discurso ideológico nos termos genéricos que pressupõem uma pluralidade de práticas, consubstanciadas em suportes expressivos diversos. Esses suportes expressivos podem envolver (e envolvem sobretudo) signos e forma-

⁴ Importantes contributos para o aprofundamento do que designamos como **semiótica da ideologia** são os trabalhos de Peter V. Zima (1978; 1981) e de Edmond Cros (1986a; 1986b).

ções verbais, mas também signos e formações transverbais e não-verbais (por exemplo: icónicas, cinéticas, arquitectónicas, etc.).

Para se ter uma ideia da complexidade das articulações do discurso ideológico, considere-se o que ocorre na enunciação do discurso político, entendido numa sua realização elementar: a prática **oratória**, por exemplo, em cenário de comício. O que nessa prática se verifica é uma combinação de elementos verbais (provindos da utilização do sistema linguístico) com elementos gestuais, proxémicos, etc.

Naturalmente que o sistema linguístico é o que revela maior capacidade de representação ideológica, obviamente como consequência das potencialidades semântico-conceptuais da linguagem verbal. Curiosamente e por paradoxal que isso possa parecer, são essas potencialidades que em primeira instância habilitam a linguagem verbal ao desempenho de funções ideológicas extremamente amplas, um pouco como se a palavra constituísse um instrumento disponível para todo o tipo de função ideológica. Bakhtine traduziu esta noção numa formulação à primeira vista discutível: «Le mot» declara Bakhtine, «est neutre face à toute fonction idéologique spécifique. Il peut remplir des fonctions idéologiques de toute sorte: esthétique, scientifique, morale, religieuse» (Bakhtine, 1977: 32). Ora o que essa **neutralidade** significa é uma disponibilidade semântica (dito de outra maneira: uma capacidade de plurissignificação) que permite que a palavra – ou, de forma mais lata, a linguagem verbal – acolha sentidos de diversa modulação ideológica, em função de contextos particulares e de práticas discursivas específicas.

Carlos Reis é Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra onde lecciona Literatura Portuguesa e Teoria da Literatura. É Pró-Reitor da Universidade Aberta para a Promoção e Difusão da Língua e Cultura Portuguesa e director das revistas *Discursos* e *Queirosiana*.

Referências
bibliográficas

ARON, R. (1936-37) - «L'idéologie». *Recherches philosophiques*, 6, Paris.

BAKHTINE, M. (1977) - *Le marxisme et la philosophie du langage*. Paris, Éd. de Minuit.

CROS, E. (1986a) - *Literatura, ideología y sociedad*. Madrid, Gredos.

CROS, E. (1986b) - «Pratiques sociales et médiations intratextuelles: pour une typologie des idéosèmes». *Texte*, 5/6.

FLAUBERT, G. (1966) - *Madame Bovary*. Paris, Garnier-Flammarion.

FOUCAULT, M. (1969) - *L'Archéologie du Savoir*. Paris, Gallimard.

ISER, W. (1983) - «Problemas da teoria da literatura atual: o imaginário e os conceitos-chave da época», in L. Costa Lima (ed.), *Teoria da literatura em suas fontes*, 2.ª ed., Rio de Janeiro, Francisco Alves.

PÊCHEUX, M. (1975) - *Les vérités de la Palice. Linguistique, sémantique, philosophie*. Paris, F. Maspero.

QUEIRÓS, E. de (s/d.) - *O Primo Bazilio*. Lisboa, Livros do Brasil.

REIS, C. (1983) - *O discurso ideológico do Neo-Realismo português*. Coimbra, Almedina.

REIS, C. (1993) - *Towards a Semiotics of Ideology*. Berlin/New York, Mouton de Gruyter.

RICOEUR, P. (1986) - *Du texte à l'action. Essais d'herméneutique, II*. Paris, Seuil.

ROSSI-LANDI, F. (1980) - *Ideologia*. Barcelona, Labor.

SILVA, A. e (1983) - *Teoria da Literatura*, 5ª ed., Coimbra, Almedina.

ZIMA, P. V. (1978) - *Pour une sociologie du texte littéraire*, Paris, U.G.É.

ZIMA, P. V. (ed.) (1981) - *Semiotics and Dialectics. Ideology and the Text*, Amsterdam, John Benjamins.